

E proibido gastar

financeira dos ministérios

LCS/MS

mu

Ordem de Tancredo:

Presidente manda levantar situação

CORREIO BRASILIENSE

"E proibido gastar" — foi a ordem de Tancredo Neves que o presidente em exercício José Sarney transmitiu ontem durante a primeira reunião do Ministério, no Palácio do Planalto, ao ler o discurso do presidente eleito. Todo o pronunciamento foi marcado pela austeridade que a Nova República pretende imprimir à administração pública, com o objetivo de baixar a inflação através da contenção dos gastos governamentais.

Além da criação de oito comissões para implantar as mudanças, Tancredo mandou fazer um levantamento da situação financeira de cada ministério e respectivas estatais, antes do anúncio de qualquer plano de impacto ou projeto de obras. Este trabalho deverá durar três meses, mas antes disso o Ministério já tem instruções para utilizar o dinheiro de alguns fundos — como o Finsocial — para criar novos empregos a nível dos estados e municípios.

A cargo do ministro do Planejamento, João Sayad, o levantamento da situação financeira do Governo resultará no posterior remanejamento de despesas para que os recursos sejam canalizados ao atendimento das "carências básicas" da população. Antes da conclusão destes levantamentos — que já vinham sendo feitos antes da posse, em alguns setores — a ordem de Tancredo Neves é não anunciar nenhum programa novo de governo que implique em gastos públicos.

"O Governo não deve anunciar nada que não possa ser executado, nem enganar o povo com promessas que não possam ser cumpridas" — ordenou o Presidente eleito em seu discurso, lido por Sarney, lembrando que "não pode haver movimento se não for controlado de pronto o processo inflacionário" e advertindo que a continuidade da atual situação poderia levar a inflação "a patamares insuportáveis, com consequências nefastas para todos".

As comissões anunciadas no pronunciamento presidencial são as seguintes:

1) Reforma Tributária e Descentralização Administrativa. Deverá examinar também a atual superposição de tarefas entre os vários níveis da administração, eliminando as redundâncias através da repartição de encargos, "com o fortalecimento da ação dos estados e municípios". Esta comissão deverá também estabelecer maior correspondência entre os níveis de contribuição e a capacidade contributiva, alterando o atual sistema do Imposto de Renda e tornando o regime tributário mais justo: o trabalho desta comissão servirá de base às propostas de reforma tributária a serem encaminhadas ao Congresso, e, eventualmente, à Assembleia Constituinte.

2) Incentivos Fiscais. Encarregada de avaliar os resultados das políticas de estímulo ao desenvolvimento regional seguidas até agora, redirecionar os recursos para atividades prioritárias, sobretudo para a criação de novos empregos nas regiões, e permitir a reformulação destes instrumentos para áreas e setores mais carentes. Pela ordem presidencial, a questão dos incentivos fiscais será reordenada e aperfeiçoadas, "conferindo maior racionalidade a seu papel no desenvolvimento das regiões e dos se-

tores da economia que são mais carentes".

3) Instituições Financeiras. Encarregada de elaborar um projeto de lei que defina a responsabilidade dos administradores e controladores destas empresas, tipificando as ações lesivas à economia popular e estipulando as penas cabíveis, "de forma a restituir a confiança que a sociedade precisa ter nas instituições e nas pessoas que administraram recursos financeiros". Esta comissão deverá trabalhar integrada com o Banco Central, onde já existem estudos para coibir a repetição dos "estouros" de instituições financeiras através da atribuição de responsabilidade também aos acionistas controladores.

4) Benefícios Indiretos (mordomias). Instalada na administração direta e indireta, com o objetivo de "reduzir ao mínimo essencial esses benefícios, respeitados a dignidade da função pública e o requisito da eficiência," esta comissão será presidida pelo ministro-chefe da Seplan, João Sayad, e começará realizando um levantamento de todos os chamados benefícios indiretos dados aos funcionários, para depois propor as medidas necessárias à eliminação das mordomias, "que constituem um dos símbolos mais execrados do abuso e da prepotência".

5) Pagamentos em dólar a funcionários no exterior de várias empresas estatais. O Presidente eleito dedicou apenas três linhas a esta comissão, porque o assunto se insere também no capítulo das mordomias, mas deixou claro que estes gastos serão severamente contidos. As denúncias de gerentes de instituições financeiras oficiais ganhando entre US\$ 12 e US\$ 18 mil por mês, de acordo com parlamentares ligados ao novo Governo.

6) Unificação orçamentária. Encarregada de examinar o problema da existência de múltiplos orçamentos (fiscal, das estatais e monetário) e propor a sua centralização em uma só peça, a ser remetida ao Congresso anualmente. Em seu discurso, o Presidente eleito lembra que "a existência de vários orçamentos, apenas um dos quais é submetido ao Congresso para aprovação, com os demais sendo geridos de forma autônoma, não só contraria o preceito fundamental do regime democrático, como também dificulta a formulação e condução de uma política governamental integrada, distorce a orientação dos recursos em detrimento de áreas prioritárias e, mais grave ainda, constitui fonte de alimentação do processo inflacionário ao autorizar despesas sem a correspondente receita".

7) Reforma da Educação. Destinada a analisar a situação do ensino no País, inclusive a nível da universidade, e propor soluções para adoção imediata. Os nomes que integrarão a "comissão de alto nível" serão indicados pelo Presidente da República em comum acordo com o ministro da Educação, Marco Maciel.

8) Reforma Constitucional. A ter os nomes indicados nos próximos dias, com a tarefa de ouvir a sociedade civil, colher sugestões, negociar com as lideranças de todos os setores e finalmente elaborar um esboço de anteprojeto para uma nova Constituição.

Comissão ouvirá sociedade

O total entrosamento entre os ministros recém-empossados e as lideranças políticas da Aliança Democrática no Congresso Nacional com o objetivo de respaldar politicamente o encaminhamento de quaisquer matérias oriundas do Executivo para o Legislativo, foi definido ontem, como a melhor maneira para dar cobertura às reformas políticas e administrativas mais urgentes, numa reunião da qual participaram o presidente em exercício, José Sarney; o ministro da Justiça, Fernando Lyra, e os líderes Fernando Henrique Cardoso, do Governo no Congresso; Humberto Lucena, do PMDB no Senado; e Pimenta da Veiga, do PMDB na Câmara.

A informação foi dada pelo senador Humberto Lucena, à saída da reunião no Palácio do Planalto onde esteve presente todo o novo Ministério. Segundo Lucena, esta é a principal orientação que irá balizar a atuação das lideranças políticas da situação no Congresso, já a partir de hoje.

O senador informou ainda que, na volta de Tancredo, provavelmente o pacote contendendo todas as reformas políticas mais urgentes, que levarão o país à plenitude democrática, será levado à sua apreciação, que dará a palavra. Num discurso onde predominaram as diretrizes econômicas que o novo Governo pretende adotar, o presidente em exercício José Sarney mencionou também alguns posicionamentos a serem assumidos pela Nova República no tocante à política, sobretudo a criação de uma Comissão Constitucional de alto nível, "que, auscultando a sociedade civil, colhendo sugestões e negociando com as lideranças de todos os setores, elaborará um esboço de anteprojeto de Constituição".

Segundo ressaltou José Sarney, o objetivo mais alto do presidente Tancredo Neves "é a de reorganização constitucional do País", pois tornou-se imprescindível alicerçar a ordem política sobre a legitimidade democrática.